



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

**ATO CONJUNTO TRT7.GP.EJUD7 Nº 2, DE 7 DE OUTUBRO DE 2025**

Institui e regulamenta o Projeto “Nossa CearenCidade: Personalidades & Logradouros” no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT-7).

**A DESEMBARGADORA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO E O DESEMBARGADOR-DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL (EJUD7)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** a missão institucional da Escola Judicial do TRT da 7ª Região de promover a formação e o aperfeiçoamento de magistrados(as) e servidores(as), em consonância com as diretrizes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura do Trabalho (ENAMAT) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

**CONSIDERANDO** que o acesso à cultura, à história, à informação e à memória constitui direito fundamental assegurado pela Constituição Federal, que, em seus arts. 215 e 216, garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais e impõe ao Poder Público, além do dever de proteger o patrimônio cultural brasileiro, estabelecer incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais;

**CONSIDERANDO**, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, Meta 11.4 (Brasil) – que tem por objetivo promover iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio natural e cultural do Brasil, incluindo seu patrimônio material e imaterial;

**CONSIDERANDO** a importância de resgatar, preservar e difundir a memória histórica e cultural de Fortaleza, valorizando as personalidades que dão nome aos logradouros públicos da cidade;

**CONSIDERANDO**, ainda, a necessidade de aproximar a Justiça do Trabalho da sociedade, por meio de ações educativas e culturais que promovam o senso de pertencimento, a valorização da cidadania e a preservação da memória local;

**CONSIDERANDO**, por fim, que, por meio de iniciativas culturais e históricas, a Escola Judicial contribui para uma magistratura mais conectada com a realidade social,

com maior legitimidade e sensibilidade às desigualdades, fortalecendo a prestação jurisdicional e o vínculo entre Justiça do Trabalho e cidadania;

**RESOLVEM:**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Instituir e regulamentar o Projeto “Nossa CearenCidade: Personalidades & Logradouros”, de caráter educativo, cultural e histórico, destinado a promover encontros periódicos voltados à valorização das figuras públicas que dão nome a logradouros da cidade de Fortaleza no âmbito do TRT da 7ª Região.

**Art. 2º** O projeto será desenvolvido em formato de rodas de conversa, palestras e debates, podendo contar com materiais de apoio digital, transmissões online e outras iniciativas pedagógicas.

**CAPÍTULO II  
DOS OBJETIVOS**

**Art. 3º** O projeto tem como objetivos:

**I** - promover a valorização da memória histórica de Fortaleza por meio da divulgação das personalidades que nomeiam seus logradouros;

**II** - estimular a reflexão sobre o papel da história local na formação da identidade social e urbana;

**III** - incentivar a interação entre a comunidade jurídica, a sociedade civil e a comunidade acadêmica;

**IV** - fortalecer as ações de preservação da memória institucional e local promovidas pela EJUD7 e pela Divisão de Gestão de Memória do TRT-7;

**V** - aproximar a Justiça do Trabalho da comunidade, promovendo cidadania e senso de pertencimento.

**CAPÍTULO III  
DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 4º** A organização do projeto será de responsabilidade da Direção da Escola Judicial, com apoio da Secretaria Executiva, e da Divisão de Gestão de Memória do TRT-7, podendo contar com:

**I** - parcerias institucionais com universidades, centros de pesquisa, entidades culturais, associativas e historiadores(as) locais;

**II** - colaborações de magistrados(as), servidores(as) e demais convidados(as).

**Art. 5º** Cada edição do projeto terá como referência uma ou mais personalidades cujos nomes foram usados para denominar logradouros públicos, sendo a escolha realizada pela EJUD7 em conjunto com a Divisão de Gestão de Memória (DGM) do TRT-7.

**Art. 6º** Os encontros ocorrerão por determinação da Direção da Escola Judicial, preferencialmente na sede do TRT da 7ª Região, podendo ser realizados em local cultural indicado conforme conveniência institucional.

**Art. 7º** A mediação dos encontros será realizada por magistrado(a) ou servidor(a) da Justiça do Trabalho da 7ª Região, cabendo a um(a) convidado(a) a exposição inicial, podendo tratar-se de historiador(a), familiar, pesquisador(a) ou de qualquer pessoa com conhecimento relevante sobre o tema.

#### **CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 8º** As despesas decorrentes da execução do presente ato correrão por conta dos recursos orçamentários da Escola Judicial e de entidades parceiras, observada a legislação vigente.

**Art. 9º** Os casos omissos serão resolvidos pela Direção da Escola Judicial, observadas as competências regimentais.

**Art. 10.** Este Ato Conjunto entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.**

Fortaleza, 7 de outubro de 2025.

**FERNANDA MARIA UCHOA DE ALBUQUERQUE**

Desembargadora-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

**PAULO RÉGIS MACHADO BOTELHO**

Desembargador-Diretor da Escola Judicial do TRT da 7ª Região